



Op-ed conjunto por Emb. Ramtane Lamamra, Alto Representante da União Africana para Silenciar as Armas, e Izumi Nakamitsu, Alta Representante das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento

Prosseguindo os esforços para silenciar as armas na África

A 29ª Conferência da União Africana (UA), realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 3 a 4 de julho de 2017, declarou o mês de setembro de cada ano, até 2020, como “Mês da Amnistia Africana para a entrega e recolhimento de armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC)”. Também cabe recordar que a 33ª Conferência da UA realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 9 a 10 de Fevereiro de 2020, adoptou o tema do Ano 2020 como “Silenciar as armas: Criando Condições Adequadas para o Desenvolvimento da África”. O ano de 2020 foi, portanto, destinado a dar maior ênfase para os esforços a nível nacional, regional e continental para silenciar as armas, e também um ponto culminante para o Mês da Anistia de África.

Entretanto, o ano de 2020, até agora, tem sido um ano de desafios e oportunidades sem precedentes para a África na marcha do continente rumo à paz e ao desenvolvimento sustentável, conforme previsto no Roteiro Mestre de Passos Práticos para Silenciar as Armas na África até 2020 de 2017.: A pandemia do Coronavirus aumentou os esforços dos Estados Membros da UA por mais progresso económico e social. Ela também comprometeu e desacelerou os esforços para renovar as iniciativas de paz no continente, da Líbia ao Mali, na Bacia do Lago Chade e nas regiões do Sahel, onde o extremismo violento e o terrorismo continuaram inabaláveis. O acesso, extremamente necessário, a áreas de conflito e crise, por parte de atores humanitários, foi severamente afetado. Os esforços de consolidação da paz e o alcance dos esforços de apoio e socorro aos Estados Membros afetados foram limitados. Assim, o duplo impacto do conflito e dos danos causados pela pandemia do coronavírus nos mais vulneráveis, nomeadamente refugiados, deslocados internos, repatriados e migrantes, bem como jovens, mulheres, crianças e idosos, foi agravado.

Face a estes desafios, janelas de oportunidade foram abertas: A 33ª Conferência da UA revigorou a vontade política colectiva dos Estados Membros da UA de avançar e silenciar as armas no continente. A Conferência recomendou que, na implementação de actividades no âmbito do tema do ano, seja dada atenção especial pela UA, Comunidades Económicas Regionais e Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (CERs / MRs) e Estados Membros para questões/desafios de segurança graves, cuja resolução deva gerar mais dividendos para os esforços africanos que visam silenciar as armas e promover uma África sem conflitos. Em março de 2020, o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Presidente da Comissão da UA apelaram a todos os beligerantes para observarem o cessar-fogo durante o período do Coronavírus, a fim de permitir o acesso humanitário sem entraves às áreas de conflito e liberar recursos para enfrentar a pandemia mundial do COVID-19. Aproveitando o momento e o compromisso audaz expresso pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana por meio da campanha “Silenciar as Armas na África até 2020”, a comunidade internacional, por meio da Resolução

2457 (2019) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ressaltou a importância das duas estruturas de parceria conjunta ONU-UA na galvanização de um suporte concreto, prático e que abranja todo o sistema e a Comissão com a finalidade de ajudar a África a fazer progressos tangíveis para alcançar o seu objetivo de criar um continente livre de conflitos. A Resolução 2457 (2019) é, de facto, uma expressão da vontade da comunidade internacional de apoiar a implementação do Roteiro Mestre de Passos Práticos para Silenciar as Armas na África até o ano 2020.

A Resolução também cria uma oportunidade que deve ser aproveitada pelos Estados e todas as entidades que trabalham pela paz e segurança na África. Não há dúvida de que a vontade política contínua e recursos são fatores importantes para traduzir em realidade a visão de uma África na qual as armas estão silenciadas, os conflitos armados são uma coisa do passado e a paz, a segurança e o progresso econômico estão na ordem do dia.

É neste espírito que, cientes do disposto na Resolução 2457 (2019) do Conselho de Segurança da ONU, o Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento e a Comissão da União Africana, com contribuições financeiras da Alemanha e do Japão, lançaram um projeto para apoiar as atividades do Mês da Anistia realizadas por Burkina Faso, Camarões, República Centro-Africana, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Etiópia e Quênia em 2020. O projeto está apoiando esses países em campanhas de sensibilização e conscientização sobre posse ilegal de armas e fluxos ilícitos de armas; coleta e destruição de armas ligeiras e de pequeno calibre ilícitas e suas munições; e treinamento de encarregados da aplicação da lei.

Embora entenda-se que a posse ilegal de armas por populações civis e o tráfico e aquisição ilícitos de armas por grupos armados são frequentemente um sintoma de um problema de governança muito mais profundo, não devemos perder de vista o fato de que é um problema central nos esforços do “Silenciar as armas”. Uma abordagem holística para solucionar o problema de forma eficaz exige esforços contínuos de todos os segmentos da sociedade. Não é apenas um assunto de governo. As organizações da sociedade civil e as comunidades populares têm um papel a desempenhar. A inclusão desses atores em instituições governamentais dedicadas, como as comissões nacionais ou pontos focais nacionais para o combate aos fluxos ilícitos de armas, é uma proposta válida.

Percebido deste ângulo, o Roteiro Mestre de Passos Práticos para Silenciar as Armas na África até 2020 da União Africana, juntamente com o Mês de Setembro da Amnistia Africana constituem respostas políticas concretas para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Meta 16.4 que apela para uma redução significativa dos fluxos ilícitos de armas até 2030.

Os governos africanos fizeram progressos nos últimos anos, em parte através do estabelecimento de comissões nacionais, pontos focais nacionais e pontos de contacto nos seus governos para combater os fluxos ilícitos de armas. Essas instituições são vitais para a coordenação de esforços nacionais para a implementação de políticas nacionais, regionais e globais e instrumentos sobre o comércio ilícito e o tráfico de armas ligeiras e de pequeno calibre.

Embora a nova pandemia de coronavírus tenha prejudicado alguns esforços, as Nações Unidas e a Comissão da União Africana revigoraram sua parceria sob o Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas e continuarão a trabalhar juntos para “Silenciar as armas” na África e nas questões de paz e problemas de segurança relacionados.